

Os gastos com pessoal na segurança pública

Despesas com policiais na ativa, inativos e pensionistas consomem enorme parcela do orçamento e cortam-se gastos em tecnologia, que poderiam reduzir necessidade de pessoal

Gastos com pessoal é um dos temas mais sensíveis para a área de segurança pública. Falar disso é quase um tabu. Também pudera. Toda vez que se fala em reduzir os gastos com pessoal surgem ideias de arrocho salarial e retenção de promoções. O tema é complexo e exige medidas inovadoras.

Nos últimos anos, verificou-se um aumento considerável das despesas governamentais com segurança pública. Segundo o *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, entre 2000 e 2020, as despesas saltaram de R\$ 38,4 para 77,3 bilhões, representando um aumento de 101,3%. Apesar disso, a distribuição das despesas quase não foi alterada. Em 2000, os estados respondiam pela maior parte dos gastos com segurança pública (82%). Dezenove anos depois, os estados seguiam arcando com 81,4,3% das despesas, seguidos pela União (11,9%) e municípios (6,7%).

A maior parte dos gastos estaduais em segurança pública destina-se ao pagamento de pessoal. Segundo dados da Secretaria do Tesouro Nacional, em 2020, cerca de 83,2% desses gastos foram realizados para pagar policiais da ativa, inativos e pensionistas. Junto com a área de educação, os gastos com pessoal de segurança pública representaram as maiores despesas nas contas dos estados. As duas áreas somadas responderam por 67% do total de gastos com pessoal realizados pelos estados em 2020.

Em 2020, do total dos gastos de pessoal de segurança pública realizados pelos estados, 58,9% destinaram-se a pagar os policiais da ativa e 41,1% foram empregados para pagar os inativos e pensionistas. Em alguns estados, como São Paulo e Rio Grande do Sul, os gastos com inativos e pensionistas superaram os gastos com os policiais da ativa.

Esses números mostram uma situação extremamente difícil para os gestores estaduais. Por um lado, os estados precisam contratar mais policiais e melhorar seus salários. Por outro, os gestores precisam se esforçar para manter o equilíbrio fiscal.

Para lidar com essa difícil equação, os governos estaduais reduzem as despesas com outras subfunções de segurança pública. Em geral, os investimentos são as primeiras vítimas dos cortes orçamentários. Deixa-se de comprar viaturas, armamentos, coletes e equipamentos de comunicação e a aquisição de novas tecnologias fica adiada.

Assim, cria-se um círculo vicioso nas despesas de segurança pública. A falta de investimentos impede os estados de implantarem novas formas de policiamento baseadas no uso intensivo de tecnologia, que empregam menos pessoal. E os estados continuam utilizando as formas tradicionais de policiamento com emprego de grandes efetivos e pouco tecnologia.

Para reverter este quadro, os governos estaduais precisam adotar medidas de grande impacto, mas que não necessariamente implicam arrocho salarial ou retenção de promoções. Uma primeira medida é a revisão do quadro de distribuição de efetivos. Na maior parte dos estados esse quadro está desatualizado. A avaliação das necessidades de pessoal raramente leva em consideração os avanços tecnológicos e as novas formas de gestão e emprego de policiamento.

Também é necessário estabelecer limites para os gastos de pessoal de segurança pública. Embora determine limites para gastos com pessoal, a Lei de Responsabilidade Fiscal não especifica em quais áreas eles devem existir. A medida visa assegurar condições para a contínua modernização e inovação tecnológica do policiamento.

<https://fontesegura.org.br/editorial/zdh5eegyhb>

